

Câmara Municipal de Nova Venécia Estado do Espírito Santo



COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL (CLJRF)

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 81/2025

I – RELATÓRIO:

Trata-se do Projeto de Lei nº 81/2025, que dispõe sobre normas para o desenvolvimento de políticas de ciência e tecnologia, buscando a inovação, o incentivo e o desenvolvimento sustentável do Município de Nova Venécia-ES e revoga a Lei nº 3.741, de 3 de julho de 2023, de iniciativa do prefeito Mário Sérgio Lubiana.

O projeto supracitado foi apresentado ao Plenário no Expediente da Sessão Ordinária de 7 de outubro de 2025. Em seguida, foi distribuído às Comissões Permanentes pelo presidente da Câmara nos termos do art. 134, do Regimento Interno (17).

Uma vez distribuído à Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final, o presidente da comissão designou o vereador Deneval Rocha para relatar a matéria, nos termos do art. 70, do R.I (fl. 18).

Instada a se manifestar, a Procuradoria Geral proferiu o parecer jurídico nº 121/2025 pela constitucionalidade e legalidade da matéria, desde que observadas as ressalvas apontadas no parecer.

É o relatório, passa-se ao parecer, nos termos do art. 71 do Regimento.











II – DA INICIATIVA E DOS FUNDAMENTOS:

A Lei Orgânica do Município, em seu artigo 44, define os agentes competentes para a proposição de projetos de lei ordinária e complementar no âmbito municipal, em conformidade com o princípio organizatório previsto no artigo 61 da Constituição Federal de 1988, que disciplina o processo legislativo.

Portanto, a iniciativa de matéria que trata de atribuições de secretaria, criação de fundo municipal e criação de conselho municipal, é privativa do Prefeito Municipal, como sendo este o único agente revestido de competência e legitimidade para deflagrar o processo legislativo. Tal legitimidade encontra-se no art. 44, § 1°, II, "d", da Lei Orgânica do Município.

Verifica-se assim que a iniciativa do Projeto de Lei nº 81/2025 é válida, estando em conformidade com os requisitos constitucionais e da Lei Orgânica.

No que diz respeito à competência material, a proposição trata da criação de política pública voltada ao fomento e desenvolvimento científico e tecnológico, de acordo com as potencialidades locais e regionais. Para isso, prevê a criação do sistema municipal de ciência, tecnologia e inovação, criação do conselho municipal de ciência, tecnologia e inovação e criação do fundo municipal de ciência, tecnologia e inovação.

Com efeito, observa-se que assunto tratado no projeto em questão é de interesse local, bem como visa à suplementação da legislação federal, conforme se extrai do art. 30 e art. 24, IX, da Constituição Federal.

Quanto ao mérito da proposição, observa-se que trata de um tema de extrema relevância para o futuro do município, pois o avanço tecnológico e a inovação são instrumentos essenciais para promover o desenvolvimento econômico sustentável, gerar emprego e renda, aprimorar a prestação de serviços públicos e aumentar a competitividade local.

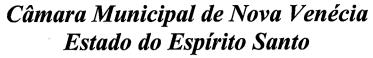
A proposta, ao buscar consolidar políticas municipais de ciência e tecnologia, alinha-se às diretrizes nacionais e estaduais de incentivo à inovação, fortalecendo a capacidade do município de captar recursos e firmar parcerias com universidades, empresas e órgãos de fomento.

Além disso, a revogação da Lei nº 3.741/2023 substitui um marco legal anterior por outro mais atualizado, abrangente e coerente com as atuais políticas públicas de inovação e sustentabilidade.

Por fim, se faz necessária a apresentação de emendas à proposição, conforme recomendado no parecer jurídico de fls. 21/32, para corrigir vícios de legalidade e técnica legislativa.









III - VOTO DO RELATOR:

Diante do exposto, manifesto-me pela aprovação do Projeto de Lei nº 81/2025, com restrições, para a apresentação de emendas.

É o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 81/2025, com restrições.

Câmara Municipal de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, em 8 de outubro de 2025; 18º de Emancipação Política; 71ª Legislatura.

DENEVAL ROCHARELATOR - Membro da CLJRF
Vereador pelo PSD









COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL (CLJRF)

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 81/2025

PROJETO:	PROJETO DE LEI Nº 81/2025: dispõe sobre normas para o desenvolvimento de políticas de ciência e tecnologia, buscando a inovação, o incentivo e o desenvolvimento sustentável do Município de Nova Venécia-ES e revoga a Lei nº 3.741, de 3 de julho de 2023.
INICIATIVA:	Prefeito Mário Sérgio Lubiana, pelo PSB.
RELATOR:	Vereador Deneval Rocha, pelo PSD

A Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJRF) manifesta-se pela aprovação do Parecer do Relator da matéria, Vereador Deneval Rocha (PSD), às folhas 35 a 37, por unanimidade de seus membros.

APROVADO o parecer do relator na Reunião Ordinária de 29 de outubro de 2025, o que, de acordo com o art. 73, caput, do Regimento Interno, prevalece como o parecer desta Comissão Permanente.



conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ÎCP-Brasil.





Câmara Municipal de Nova Venécia Estado do Espírito Santo

É o PARECER DA COMISSÃO Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJRF) pela APROVAÇÃO do PROJETO DE LEI Nº 81/2025, com restrições.

Câmara Municipal de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, em 29 de outubro de 2025; 71° de Emancipação Política 18ª Legislatura.

LUCIANO MÁRCIO NUNES

Presidente da CLARF Vereador pelo PP

JUAREZ OLIOSI

Vice-Presidente da CLJRF Vereador pelo PODE

DENEVAL ROCHA
Membro da CLJRF - Relator
Vereador pelo PSD